



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/07/2012

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EVENTOS.....	3 - 4
2.2. SEM ASSUNTO.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	7 - 8
3.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 12
4.2. DECISÕES.....	13
4.3. DESEMBARGADORES.....	14
4.4. SEM ASSUNTO.....	15 - 17
4.5. SERVIDORES.....	18
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. DECISÕES.....	19
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	20
6.2. DECISÕES.....	21
6.3. DESEMBARGADORES.....	22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	23
7.2. DECISÕES.....	24
7.3. DESEMBARGADORES.....	25 - 28
7.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	29



► MUTIRÃO ◀

860 SINS

Mais de 400 casais
participarão de um
Casamento Comunitário
na UFMA, numa realização
do Poder Judiciário

Mais um Casamento Comunitário acontecerá neste sábado, às 16 horas, em São Luís. Realizado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a parceria do Sesi e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o evento contará com a presença de 430 casais na Concha Acústica da UFMA.

Os casais ou 860 noivos, segundo a organização, devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardarão o momento de dizer "sim". No local, transporte de entrada da UFMA à Concha Acústica, segurança, apoio médico, entre outros serviços, estão sendo providenciados.

Aproximadamente 100 pessoas, da CGJ, Sesi e UFMA, trabalharão no evento. Equipes da Corregedoria, identificadas por

cores e auxiliadas pelas equipes do Sesi e da UFMA, darão todo o apoio necessário aos casais. O projeto é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. De acordo com dados da CGJ, "mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do casamento comunitário em todo o Maranhão". Casais que não têm condições financeiras de arcar com as despesas de um casamento tradicional são os beneficiados pelo projeto. Todas as custas são gratuitas, sendo arcadas pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc) do Tribunal de Justiça do Maranhão. Programado para o dia 30 de junho, o Casamento Comunitário de 400 casais, organizado pelo Poder Judiciário, foi transferido para o dia 14 de julho. A alteração na data foi motivada pelos feriados juninos.



PROJETO JÁ OFICIALIZOU A UNIÃO DE MAIS DE 30 MIL CASAIS

KARLOS GEROMY/IMP.D.A PRESS

Juiz da 84ª ZE ministrará palestra ao 24º BC

PÁGINA 3

Juiz da 84ª ZE ministrará palestra ao 24º Batalhão de Caçadores

Por indicação da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, o juiz Marco Aurélio Barreto Marques, titular da 84ª zona eleitoral (Matões do Norte, São Mateus e Alto Alegre do Maranhão) ministrará palestra no dia 18 de julho ao 24º Batalhão de Caçadores sobre crimes eleitorais e as eventuais condutas que devem ser adotadas pela tropa diante de ilícitos du-

rante a realização das Eleições 2012.

É o terceiro ano consecutivo que o magistrado é indicado pelo TRE-MA para falar sobre as Eleições para o 24º BC. A exemplo dos anos anteriores, Barreto Marques apresenta aos ouvintes a visão da Justiça Eleitoral por ter experiência comprovada quanto ao tema que abordará.

Com a palestra, marcada

para começar às 13h30, o Exército dá continuidade ao seu programa de instrução e adestramento de seu pessoal em operações de garantia da votação e apuração.

CURRÍCULO - Marco Aurélio Barreto Marques é bacharel em Direito, formado pela UFMA em 1994. Pós-graduado em Direito Civil, Processual Civil e Direito Eleitoral, possui artigos científicos publicados

em revistas especializadas em Direito. Em 2006, foi condecorado pelo CNJ com uma placa por sua brilhante atuação no "Movimento pela Conciliação", devido ter alcançado o maior número de acordos homologados pelo TJMA naquele ano. Do Exército Brasileiro tem honrarias por sua participação na Operação Itapecuru (2007) e uma "Medalha do Pacificador" (2008).

 *PROMOVIDO PELA ESMAM*

Subsecretário participa de encontro sobre judicialização da saúde

A judicialização da saúde pública foi o tema de um ciclo de palestras realizado ontem (13) pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), no auditório do Fórum Eleitoral de São Luís. O subsecretário de Estado da Saúde, José Márcio Leite, participou do encontro mostrando aos juizes presentes os avanços obtidos no sistema estadual de saúde e a crescente demanda judicial no setor.

Durante a palestra, compondo mesa ao lado da secretária adjunta de Saúde de São Luís, Ieda Vanderley Gomes, e do superintendente de Educação em Saúde

da Secretaria Municipal da Saúde (Semus), Marcos Antônio Barbosa Pacheco, José Marcio Leite apresentou dados que demonstram o avanço do sistema de saúde pública no Maranhão, devido a investimentos feitos pelo Governo do Estado por meio do programa Saúde é Vida, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Ele demonstrou o crescimento da rede hospitalar no estado, com aumento de leitos para internações e a implantação de UCIs e UTIs adultas e pediátricas em diversas unidades da rede pública estadual em São Luís e Imperatriz.

O subsecretário falou também da importância de mudanças no sistema para que se chegasse aos resultados necessários, além do fortalecimento da atenção básica como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), e da importância de se aproximar a magistratura da gestão pública na busca de soluções para possíveis demandas judiciais, para que ocorra o cumprimento legal das diretrizes do SUS, como universalidade e integralidade.

EVENTO - O ciclo de palestras organizado pela Esmam reúne procuradores es-



Subsecretário Márcio Leite detalhou avanços do sistema de Saúde Pública no MA taduais, defensores públicos e magistrados e teve início quinta-feira (12) tendo como tema central o SUS - no contexto da política nacional de saúde, visando discutir os marcos constitucionais e normativos do sistema.

Segundo o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Rai-

mundo Nonato Neres, integrante do Comitê Estadual Para Acompanhamento das Demandas Judiciais da Saúde, a participação de magistrados neste processo é uma espécie de reciclagem, para discutir situações e entender um pouco mais do funcionamento da política de saúde

propriamente dita. Ele entende que é preciso trabalhar em conjunto buscando solucionar os problemas. "É preciso que se garanta o atendimento de saúde de qualidade sem esquecer que existem formas e normas para que se atenda a essas demandas", disse.

TJ-MA

5ª Câmara Cível começa a funcionar na segunda

O julgamento de processos cíveis no Judiciário maranhense ganha substancial reforço com a instalação da 5ª Câmara Cível. O órgão começa a funcionar na segunda-feira (16), inicialmente com os desembargadores Graças Duarte (membro efetivo), Marcelo Carvalho (convocado) e Kleber Carvalho, que tem processos a relatar na sessão.

Com a implantação da nova câmara será ampliado de 25 para 27 o número de membros da Corte estadual de Justiça. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009.

Para completar a composição que já tem a desembargadora Graças Duarte como membro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aguarda a escolha dos desembargadores que ocuparão a vaga deixada pelo desembargador Raimundo Cutrim (aposentado) e aquela destinada a seccional da OAB pelo quinto constitucional.

A instalação da 5ª Câmara Cível foi autorizada em sessão do Pleno, em março. A Lei Complementar nº. 145/12, que criou a nova câmara, foi promulgada no dia 20 de março pelo presidente da

Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo. Apreciado em regime de urgência, o projeto foi aprovado, por unanimidade.

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, considerou a promulgação da lei como fato histórico, por representar a inclusão de mais três membros na Corte maranhense. "São mais desembargadores que irão ampliar e segurar sobrecarga individual em torno de 1.200 processos anuais", observa.

Demanda processual - De acordo com o sistema The-

mis, cerca de 540.000 ações tramitam no Judiciário estadual. Em 2011 foram distribuídos 188.000 processos para população superior a 6,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE com base no último censo.

Na Justiça de 2º grau foram distribuídos 14.284 processos, o que resulta em média de 1.200 processos anuais por desembargador. Desde agosto de 2011, a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do TJMA deliberou pela criação da 5ª Câmara cível, após constatar empecilhos para a prestação de uma justiça célere.

POLÍTICA**SUBSECRETÁRIO PARTICIPA DE
ENCONTRO PROMOVIDO PELA ESMAM**

A judicialização da saúde pública foi o tema de um ciclo de palestras realizado ontem, sexta-feira (13) pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), no auditório do Fórum Eleitoral de São Luís. **PAG. 03**

José Márcio Leite participa de encontro promovido pela Esmam

A judicialização da saúde pública foi o tema de um ciclo de palestras realizado ontem, sexta-feira (13) pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), no auditório do Fórum Eleitoral de São Luís. O subsecretário de Estado da Saúde, José Márcio Leite, participou do encontro mostrando aos juizes presentes os avanços obtidos no sistema estadual de saúde e a crescente demanda judicial no setor.

Durante a palestra, compondo mesa ao lado da secretária adjunta de Saúde de São Luís, Ieda Vanderley Gomes, e do superintendente de Educação em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde (Semus), Marcos Antônio Barbosa Pacheco, José Márcio Leite apresentou dados que demonstram o avanço do sistema de saúde pública no Maranhão, devido a investimentos feitos pelo Governo do Estado por meio do programa Saúde é Vida, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Ele demonstrou o crescimento da rede hospitalar no estado, com aumento de leitos para internações e a implantação de UCIs e UTIs adultas e pediá-



Subsecretário José Márcio Leite falou sobre os fundamentos legais do Sus durante encontro.

tricas em diversas unidades da rede pública estadual em São Luís e Imperatriz.

O subsecretário falou também da importância de mudanças no sistema para que se chegasse aos resultados necessários, além do fortalecimento da atenção básica como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), e da importância de se aproximar a magistratura da gestão pública na busca de soluções para possíveis demandas judiciais, para que ocorra o cumpri-

mento legal das diretrizes do SUS, como universalidade e integralidade.

Evento - O ciclo de palestras organizado pela Esmam reúne procuradores estaduais, defensores públicos e magistrados e teve início quinta-feira (12) tendo como tema central o SUS - no contexto da política nacional de saúde, visando discutir os marcos constitucionais e normativos do sistema.

Segundo o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo Nonato Neres, integrante

do Comitê Estadual Para Acompanhamento das Demandas Judiciais da Saúde, a participação de magistrados neste processo é uma espécie de reciclagem, para discutir situações e entender um pouco mais do funcionamento da política de saúde propriamente dita. Ele entende que é preciso trabalhar em conjunto buscando solucionar os problemas. "É preciso que se garanta o atendimento de saúde de qualidade sem esquecer que existem formas e normas para que se atenda a essas demandas", disse.

Rápida

Mutirão

ROSÁRIO - A juíza Rosângela Prazeres Macieira, titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, realizou um mutirão previdenciário quarta-feira (11), com 44 audiências. Houve seis desistências e um adiamento. Dois processos

foram concluídos para sentença e 35 acordos firmados. Quatorze processos resultaram em aposentadoria por idade. Os processos de restabelecimento com conversão para aposentado por invalidez a partir da homologação totalizaram 13. Houve também uma

aposentadoria por invalidez, cinco pensões por morte, um processo de salário-maternidade e um benefício de prestação continuada. Além da juíza, trabalharam no mutirão o advogado Marcelo Gaspar e o procurador federal Mário Amorim Fonseca.

Justiça de Bacabal realizará júris populares na comarca

Serão cinco julgamentos na sede este mês e dois em agosto, na cidade de Conceição do Lago-Açu, termo judiciário da comarca

O juiz Roberto de Paula, titular da 2ª Vara de Bacabal, vai presidir sete sessões do Tribunal do Júri na comarca. Os julgamentos serão realizados em Bacabal e em Conceição do Lago-Açu, termo judiciário. Serão cinco júris este mês e dois em agosto.

A primeira sessão acontecerá na terça-feira, 17, quando Edson Silva Marques sentará no banco dos réus, acusado de matar Natalino da Conceição, em outubro de 2010, no povoado Mata Diana, localidade de Bacabal. No dia 19, será o julgamento de José Herculano da Silva Neto, acusado de crime de homicídio praticado contra Charles Pereira Mendes. O fato ocorreu em setembro de 2009, no povoado Prainha.

No dia 24, os réus serão Valdener Cardoso de Araújo e Maria Eunice Santos Melo. Eles são acusados de matar Márcio José Lima Castro, em março de 2002. Este crime ocorreu na sede, Bacabal. No dia 26, será a vez de Jairon Silva Lima ser julgado pela morte de Edimilson Gomes Muniz. O fato aconteceu em dezembro de 2009, em Bacabal. No dia 31, será o júri de Eliésio Alves de Alencar, que teria matado Rui-deglan Fonseca da Silva, em novembro de 2005, em Conceição do Lago-açu, termo de Bacabal.

Agosto - No dia 7 de agosto, será o julgamento de Ronildo Pires Dutra Maciel, acusado de crime de homicídio praticado em 2010 contra Osvaldo Perei-

ra Furtado. O fato ocorreu no povoado Felipin, em Conceição do Lago-Açu, termo judiciário de Bacabal. No dia 28 de agosto, será a vez de André Luis Lemos sentar no banco dos réus. O crime ocorreu em novembro de 2010.

O juiz Roberto de Paula já realizou em Bacabal, em cinco anos de atuação, 67 júris. "Agora, com mais estes sete, chegaremos à marca de 74 julgamentos no total", afirma ele, destacando que esses julgamentos previstos para este mês e agosto são todos com réus presentes.

Os julgamentos dos dias 31 deste mês e 7 de agosto serão realizados em Conceição do Lago-Açu, e os outros serão em Bacabal. Além do juiz Roberto de Paula, devem atuar nos júris a promotora Klycia Luiza Castro de Menezes e os defensores públicos Gustavo Batista e Silva e Jordão Veras.

EM VOTAÇÃO na sessão plenária administrativa do primeiro dia de agosto, o Tribunal de Justiça do Maranhão definirá o nome do juiz de entrância final (São Luís), o qual terá acesso ao cargo de desembargador pelo critério de merecimento. O indicado ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim. Quinze candidatos se inscreveram após a divulgação de edital pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior.

Réus são julgados por crimes praticados na cidade de Imperatriz

Um dos acusados, bombeiro militar, foi condenado a 6 anos de reclusão por homicídio

IMPERATRIZ - Júris realizados pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, na quarta-feira, 11, e na quinta-feira, 12, resultaram na condenação de dois réus - um acusado de homicídio e outro de tentativa de homicídio. Presididos pela titular da unidade, juíza Sue-ly de Oliveira Santos Feitosa, os júris foram realizados no Salão de Júri do fórum de Imperatriz. No primeiro deles, José Wilton de Sousa Nunes, de 39 anos, bombeiro militar, foi condenado a seis anos de reclusão pelo homicídio de Jhonatan Vieira de Oliveira, de 22 anos.

Segundo o processo, o crime teria ocorrido no dia 5 de agosto de 2007, em um bar, no bairro Nova Imperatriz. Ainda segundo o

processo, a vítima tentava apartar uma briga de dois amigos quando o réu teria dado ordem para que os contendores parassem. Não sendo atendido, José Wilton teria atirado, atingindo a vítima.

Atropelamento - No júri da quinta-feira, Francisco Ferreira da Silva Neto, de 31 anos, motorista de caminhão, foi condenado a 4 anos e 8 meses de reclusão por tentativa de homicídio contra as vítimas Manoel Araújo Nepomuceno, de 58 anos, vigilante, e os policiais militares Josimar Silva Rodrigues, de 26 anos, e Joamir Diniz Correia, de 34 anos.

De acordo com o processo, na madrugada de 3 de junho de 2009, o réu teria atropelado intencionalmente o vigilante Manoel. O fato teria se dado em frente a um bar, e na fuga ele teria apagado os faróis do carro e investido contra o vigilante.

- **Nomeado** pelo presidente Guerreiro Júnior, José Francisco de Souza Fernandes é o novo juiz da Comarca de Alto Parnaíba, a 1.227 km de São Luís.

Futebol *society*

Acontece hoje no campo do Ipem, no Calhau, a segunda rodada do Campeonato Society promovido pela Valeu, Mandou Legal Promoções e Eventos. A programação é esta se iniciando às 8h, com o jogo: Casal Civil x SMTT, depois na sequência: Secretaria de Saúde x Tribunal de Contas, Blitz Urbana x Procuradoria, Tribunal de Justiça x Socorão, Secretaria de Cultura x Caema, Ipem x Imprensa, Penitenciária x Tribunal Regional Eleitoral e Secretaria da Fazenda x Exército Brasileiro.

430 casais unem-se no Casamento Comunitário

A Concha Acústica da UFMA será o cenário para a união de 430 casais em mais uma edição do Casamento Comunitário, promovido pela Corregedoria Geral de Justiça. O início do evento está marcado para as 16h. **Cidades 1**

430 casais oficializarão união em casamento comunitário hoje

Cerimônia é uma iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com o Sesi, e acontece na Concha Acústica da UFMA, às 16h; os 860 noivos devem chegar duas horas antes para receber e assinar a documentação

Natália Raposo
Da equipe de **O Estado**

Casamento nem sempre é sinônimo de gastos excessivos. Pelo menos, é assim que pensam os 430 casais que se unem hoje, às 16h, na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no casamento comunitário realizado pela Corregedoria Geral de Justiça, do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a parceria do Serviço Social da Indústria (Sesi) e da UFMA. Em comum, os 860 noivos e noivas têm a ansiedade e o desejo da felicidade a dois.

Luzinete Rodrigues é uma dessas noivas. Aos 28 anos e com muitas expectativas, ela disse que, apesar de já viver com Adean Pereira, de 27 anos, há mais de uma década, sempre sonhou com um casamento tradicional, com direito a vestido e certidão assinada. "Estou muito ansiosa, porque esse é um sonho antigo. Acho que nossa vida ficará bem melhor depois do casamento", frisou, feliz ao mostrar o vestido que usará nesta tarde.

A dona de casa, natural de

Mais

Documentos necessários para o casamento:

- Comprovante de residência;
- Documento de identidade;
- Duas testemunhas munidas de documentos pessoais;
- Certidão de nascimento (original), para noivos solteiros;
- Certidão de casamento com comprovação de divórcio (original), para noivos divorciados;
- Certidão de casamento com comunicação do óbito ou a certidão de óbito (originais), em caso de pessoas viúvas.

Icatu, tem três filhos, de 4, 8 e 11 anos. Seu atual companheiro trabalha com serviços gerais. Eles se conheceram há mais de 10 anos, quando ela chegou à capital maranhense. Os dois dividem uma casa pequena e simples no bairro João de Deus e veem no casamento comunitário um novo começo.

Pressão- Outro casal que também participará do casamento comunitário é o pintor Cledson Pinheiro Araújo e a diarista Ana Cristina Rodrigues Sousa. Juntos há 10 anos, eles resolveram



Luzinete Rodrigues preparou o vestido para o seu casamento com Adean

oficializar a união, sobretudo por sentirem pressão da igreja que frequentam para o casamento. Animada, a família do noivo chegou do município de Pinheiro para participar deste momento e seu traje foi a mãe quem trouxe. E assim os noivos seguem cortando gastos. "Acho muito importante esse casamento, porque a gente gasta menos. Temos três filhas e mo-

ramos de aluguel. Assim, fica mais fácil de casar", pontuou o noivo Cledson Araújo.

O casamento comunitário é uma iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça para atender à demanda de casais que não têm condições financeiras de arcar com as despesas de um casamento tradicional. O projeto existe desde 1999 e estima-se que mais de 30 mil casais já

Fotos/Flora Dolores



Cledson Araújo oficializará união de 10 anos com Ana Cristina Sousa

tenham oficializado a união nessas cerimônias.

O evento está marcado para as 16h, mas os noivos devem chegar ao local por volta das 14h para receber e assinar a documentação. Haverá transporte da entrada da UFMA até a Concha Acústica, apoio médico e outros serviços para garantir que seja uma tarde de festa e realização de sonhos. A

segurança será feita pela Polícia Militar, que também levará sua banda como atração musical, além do Corpo de Bombeiros, que também estará presente para casos de emergências. Do lado de fora da UFMA, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte coordenam o tráfego e orientam noivos e convidados.

AÇÕES

Júris condenam acusados de homicídio

Júris promovidos pela 2ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz nos dias 11 e 12 últimos resultaram na condenação de dois réus - um acusado de homicídio e outro de tentativa de homicídio. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os júris foram realizados no Salão de Júri do fórum de Imperatriz.

No primeiro deles, na quarta-feira, 11, José Wilton de Sousa Nunes, 39 anos, bombeiro militar, foi condenado a

seis anos de reclusão pelo homicídio de Jhonatan Vieira de Oliveira, 22 anos.

Segundo o processo, o crime teria ocorrido no dia 05 de agosto de 2007, por volta das 19h20, em um bar no bairro Nova Imperatriz (Imperatriz). Ainda segundo o processo, a vítima tentava apartar uma briga da qual participavam dois amigos quando o réu, que viu a confusão, teria dado ordem para que os contendores parassem com a briga. Não sendo atendido, José

Wilton teria atirado, atingindo a vítima na cabeça.

Atropelamento - No júri da quinta-feira, 12, Francisco Ferreira da Silva Neto, 31 anos, motorista de caminhão, foi condenado a 04 anos e 08 meses de reclusão por tentativa de homicídio contra as vítimas Manoel Araújo Nepomuceno, 58 anos, vigilante e os policiais militares Josimar Silva Rodrigues, 26 anos, e Joamir Diniz Correia, 34 anos.

De acordo com o processo, na madrugada de 03 de ju-

nho de 2009, o réu teria atropelado intencionalmente o vigilante Manoel. O fato teria se dado na frente de um bar. Ainda de acordo com o processo, no momento do atropelamento Francisco teria apagado os faróis do carro e investido contra o vigilante, após o que teria fugido.

Durante a fuga, o réu teria sido perseguido pelos policiais Josimar e Joamir em uma viatura, quando a mesma teria tocado a traseira do carro do acusado, capotando e causando lesões nos ocupantes do veículo.

Lista na net (1)

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai divulgar no link "Transparência", no site do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), a partir da próxima semana, o detalhamento da folha de pagamento de pessoal, conforme determina a Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de julho deste ano, e que atende à Lei de Acesso à Informação, já em vigor.

Lista na net (2)

Serão disponibilizadas no portal, e sem restrições de consulta, as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas a magistrados, servidores e colaboradores, assim como os valores descontados – a exemplo do imposto de renda retido na fonte e contribuição previdenciária –, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual presta serviços, segundo Guerreiro Júnior, presidente da Corte.

Pendurado

O deputado Hemetério Weba disse que está no exercício do mandato sustentado por uma liminar do Tribunal de Justiça do Maranhão e que sua cassação decorreu de uma matéria de jornal, que o Ministério Público usou na ação como se fosse propaganda pessoal. "Se não consta que a matéria foi paga com dinheiro público, onde está a improbidade alegadas?", questiona. Ele teve o mandato cassado pelo juiz de base e o ato confirmado pelo TJ.

Magistrado é empossado

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, deu posse na sexta - feira (13) ao juiz José Francisco de Souza Fernandes, titularizado na Comarca de Alto Parnaíba (entrância inicial). Guerreiro Júnior desejou sucesso ao magistrado no novo desafio profissional. Na magistratura desde março de 2012, José Francisco atuou como juiz substituto no juizado especial cível e criminal de Bacabal, onde tramitam 7.747 processos. Segundo relatório entregue ao presidente Guerreiro Júnior, no período de 16 de março a 26 de junho, Fernandes realizou 701 audiências e proferiu 542 sentenças, 163 decisões e 715 despachos.



TJFOTO

José Fernandes conversa com o desembargador Guerreiro Júnior após confirmada sua promoção

BACABAL

2ª Vara vai realizar sete júris na comarca

O juiz Roberto de Paula, titular da 2ª Vara de Bacabal, vai presidir sete sessões do Tribunal do Júri na comarca. Os julgamentos serão realizados em Bacabal e em Conceição do Lago-Açu, termo judiciário. Serão cinco júris em julho e mais dois em agosto.

O primeiro júri acontece no dia 17 de julho, quando Edson Silva Marques sentará no banco dos réus. Ele é acusado de matar Natalino da Conceição, em outubro de 2010, no povoado Mata Diana, localidade de Bacabal. No dia 19, será o julgamento de José Herculano da Silva Neto, acusado de crime de homicídio praticado contra Charles Pereira Mendes. O fato ocorreu em setembro de 2009, no povoado Prainha.

No dia 24 de julho os réus são Valdener Cardoso de Araújo e

Maria Eunice Santos Melo. Eles são acusados de matar Márcio José Lima Castro em março de 2002. Este crime ocorreu na sede, Bacabal. No dia 26 será a vez de Jairon Silva Lima ser julgado pela morte de Edimilson Gomes Muniz. O fato aconteceu em dezembro de 2009, em Bacabal. No dia 31 será o júri de Eliésio Alves de Alencar, que teria matado Ruidéglan Fonseca da Silva, em novembro de 2005, em Conceição do Lago Açu, termo de Bacabal.

No dia 7 de agosto será o julgamento de Ronildo Pires Dutra Maciel, acusado de crime de homicídio praticado em 2010 contra Osvaldo Pereira Furtado. O fato ocorreu no povoado Felipe, em Conceição do Lago-açu, termo judiciário de Bacabal. No dia 28 de agosto será a vez de André Luis Lemos sentar no banco dos réus. Ele é acusado de matar, em novembro de 2010.

O juiz Roberto de Paula já realizou em Bacabal, em cinco anos de atuação, 67 júris. "Agora, com mais estes sete, chegaremos à marca de 74 julgamentos no total", afirma ele, destacando que esses julgamentos previstos para julho e agosto são todos com réus presentes.

Júris condenam acusados de homicídio e tentativa de homicídio em Imperatriz

Júris promovidos pela 2ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz nos dias 11 e 12 últimos resultaram na condenação de dois réus – um acusado de homicídio e outro de tentativa de homicídio. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, os júris foram realizados no Salão de Júri do fórum de Imperatriz.

No primeiro deles, na quarta-feira (11), José Wilton de Sousa Nunes, 39 anos, bombeiro militar, foi condenado a seis anos de reclusão pelo homicídio de Jhonatan Vieira de Oliveira, 22 anos.

Segundo o processo, o crime teria ocorrido no dia 5 de agosto de 2007, por volta das 19h20, em um bar no Bairro Nova Imperatriz (Imperatriz). Ainda segundo o

processo, a vítima tentava apartar uma briga da qual participavam dois amigos quando o réu, que viu a confusão, teria dado ordem para que os contendores parassem com a briga. Não sendo atendido, José Wilton teria atirado, atingindo a vítima na cabeça.

Atropelamento – No júri da quinta-feira (12), Francisco Ferreira da Silva Neto, 31 anos, motorista de caminhão, foi condenado a quatro anos e oito meses de reclusão por tentativa de homicídio contra as vítimas Manoel Araújo Nepomuceno, 58 anos, vigilante e os policiais militares Josimar Silva Rodrigues, 26 anos, e Joamir Diniz Correia, 34 anos.

De acordo com o processo, na madrugada de 3 de junho de 2009, o réu teria atropelado intencionalmente o vigilante Manoel.

O fato teria se dado na frente de um bar. Ainda de acordo com o processo, no momento do atropelamento Francisco teria apagado os faróis do carro e investido contra o vigilante, após o que teria fugido.

Durante a fuga, o réu teria sido perseguido pelos policiais Josimar e Joamir em uma viatura, que teria tocado a traseira do carro do acusado, capotando e causando lesões nos ocupantes do veículo.

Guerreiro Júnior empossa novo juiz de Alto Parnaíba

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, deu posse ontem (13) ao juiz José Francisco de Souza Fernandes, titularizado na comarca de Alto Parnaíba (entrância inicial). Guerreiro Júnior desejou sucesso ao magistrado no novo desafio profissional.

Na magistratura desde março de 2012, José Francisco atuou como juiz substituto no juizado especial cível e criminal de Bacabal, onde tramitam 7.747 processos.

Segundo relatório entregue ao presidente Guerreiro Júnior, no período de 16 de março a 26 de junho, Fernandes realizou 701 audiências e proferiu 542 sentenças, 163 decisões e 715 despachos.

"Na nova comarca, temos o propósito de atendermos em, no máximo, 30 dias os jurisdicionados no novo fórum da comarca, inaugurado no ano passado e que



Guerreiro Júnior deseja sucesso e cumprimenta Francisco Fernandes

leva o nome do desembargador Aluísio Ribeiro da Silva", informa o juiz.

Distante 1.227 quilômetros

de São Luís, a comarca de Alto Parnaíba – que integra o polo de Imperatriz – foi instalada em dezembro de 1944.

❖❖ O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, empossou, ontem, o juiz José Francisco de Souza Fernandes como titular na comarca de Alto Parnaíba (entrância inicial).

**ESCOLHA DE NOVO
DESEMBARGADOR DO
TJMA OCORRERÁ
EM 1º DE AGOSTO**

PÁGINA 2

Escolha de novo desembargador do TJMA ocorrerá em 1º de agosto

O Tribunal de Justiça definirá, em votação na sessão plenária administrativa de 1º de agosto, o nome do juiz de entrância final (São Luís) que terá acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, na vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim. Quinze candidatos se inscreveram após a divulgação de edital pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior. “Teremos uma eleição concorrida e muito democrática”, antecipou o presidente.

De acordo com a Secretaria da Diretoria Geral do Tribunal estão habilitados os juízes Marcelino Chaves Ewerton (2ª Vara da Família), João Santana Sousa (7ª Vara da Fazenda Pública), Luiz Gonzaga Almeida Filho (8ª Vara Cível), Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Raimundo José Barros de Sousa (4ª Vara do Tribunal do Júri) e Antonio José Vieira Filho (6ª Vara da Família).

Também integram a lista os juízes Ângela Maria Moraes Salazar (5ª Vara da Família), Samuel Batista de Sousa (5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública), Luiz de França Belchior Silva (2ª Vara Cível), Josemar Lopes dos

Santos (1ª Vara Cível), Oriana Gomes (8ª Vara Criminal), Maria da Conceição Sousa Mendonça (4ª Vara Criminal) e Douglas Airtton Ferreira Amorim (3ª Vara Cível).

Os magistrados serão submetidos à votação em plenário. Cada desembargador indicará três nomes entre os candidatos à vaga. Os mais votados irão compor a lista tríplice, da qual sairá o novo desembargador, depois de concluída a votação final.

O acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, é feito em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada. O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo.

Com o ingresso no novo magistrado de 2º grau na Corte, o colegiado do TJMA passará a contar com 26 desembargadores. Mais um desembargador irá integrar o Judiciário estadual, em vaga reservada à OAB/MA pelo quinto constitucional.

O Tribunal de Justiça empossou em maio os desembargadores Kleber Costa Carvalho e Vicente de Paula Castro, que ascenderam à corte de Justiça pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

■ 5ª Vara Cível

O julgamento de processos cíveis no Judiciário maranhense ganha substancial reforço com a instalação da 5ª Câmara Cível. O órgão começa a funcionar na segunda-feira (16), inicialmente com os desembargadores Graças Duarte (membro efetivo), Marcelô Carvalho (convocado) e Kleber Carvalho, que tem processos a relatar na sessão.

Com a implantação da nova câmara será ampliado de 25 para 27 o número de membros da Corte estadual de Justiça. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009.

Para completar a composição que já tem a desembargadora Graças Duarte como membro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aguarda a escolha dos desembargadores que ocuparão a vaga deixada pelo desembargador Raimundo Cutrim (aposentado) e aquela destinada a seccional da OAB pelo quinto constitucional.